

## PLANO PEDAGÓGICO

NOME DO EVENTO: <b>Curso sobre PRECEDENTES JUDICIAIS</b>	
MODALIDADE: ( X ) Presencial ( ) EAD	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL: 4h</b>

<b>UNIDADE (Órgão solicitante/participantes)</b>		
1. MPMA; 2. ESMP.		
<b>Local do Evento:</b> Auditório da PROMOCAP, Localizado na Avenida Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís - MA	<b>5. Público Alvo/Quant. Vagas:</b> Público em Geral, Mediante Inscrição / 50 vagas	<b>6. DATA:</b> 09/09/2019

<p><b>2. Justificativa</b></p> <p>O Código de Processo Civil foi renovado em 2015, o que representa uma alteração paradigmática para todos os operadores do Direito, uma vez que o CPC, além de orientar o processo civil, funciona como norma subsidiária para os demais ramos do processo. Nesse sentido, o conhecimento das normas e das premissas teóricas fundamentais do Código tem potencial para auxiliar os operadores não apenas que atuam diretamente com o processo civil, mas também com os demais ramos do processo</p>
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aspectos teóricos da superação e da distinção de precedentes. Aplicabilidade prática no CPC/15;</li> <li>• Análise dos procedimentos que originarão os precedentes no sistema brasileiro;</li> <li>• Promover uma reflexão final a partir das informações sistematizadas durante o curso.</li> </ul>
<p><b>. CONTEÚDOS/PALESTRANTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Origens e Definições da Teoria de Precedentes;</li> <li>• Sistema de Precedentes e o Novo CPC;</li> <li>• Os Precedentes Judiciais no Brasil: efeitos, legitimação, tipos;</li> <li>• Interpretação, Técnicas de Confronto e de Superação dos</li> <li>• Precedentes Judiciais, Regrimentos do NCPC;</li> <li>• Sistema de Precedentes: entre Estabilidade e Adaptabilidade;</li> <li>• Necessidade de Melhor Aproveitamento do Experimentalismo</li> <li>• Institucional e de Amadurecimento das Decisões Judiciais.</li> </ul>
<p><b>METODOLOGIA:</b></p> <p>Ao longo do curso, serão realizadas discussões que possibilitem a interação e a colaboração entre os alunos, além de outras atividades avaliativas (em grupo ou individuais) que permitam a reflexão sobre o assunto estudado.</p> <p>O diálogo e a troca de experiências entre os alunos, assim como as demais atividades, ocorrerão de forma assíncrona e/ou síncrona.</p>
<p><b>13. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:</b></p> <p>Participação efetiva e Formulário de reação e contexto da satisfação dos participantes.</p> <p>Participação em no mínimo 75% e obtenção dos conceitos (ótimo, bom ou regular) para a certificação.</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ  
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMPG



PLANO PEDAGÓGICO

**REFERÊNCIA BÁSICA:**

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. 2. ed. Vols. 1 e 2. São Paulo: RT, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Processo Civil**. Vol. 1. 57 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.